

ANA CLÁUDIA CASTILHO BARONE

Liberdade e Punição: O que se reivindica na disputa pela identidade racial no bairro da Liberdade?

Freedom and Punishment: What is Claimed in the dispute for racial identity in the neighborhood of Liberdade?

Ana Cláudia Castilho Barone

Urbanista, pesquisadora de história da urbanização, com especial interesse em raça, história do conhecimento, espaços públicos urbanos e crítica da modernidade. Doutora pela FAUUSP em 2007 e docente da mesma instituição desde 2008, onde coordena o LabRaça. Em 2006, realizou estágio de doutorado na EHESS, Paris, sob a orientação do Prof. Dr. Christian Topalov. Entre 2016 e 2017, foi pesquisadora visitante no DRCLAS da Universidade de Harvard. Autora dos livros *Team 10: Arquitetura como crítica* (Annablume, 2002), *Ibirapuera: Parque Metropolitano* (Intermeios, 2018), e co-organizadora de *Negros nas Cidades Brasileiras* (Intermeios, 2018). Foi co-curadora das exposições "Imprensa Negra Paulista", realizada no CPC e em outras instituições, e "Ibirapuera: Modernidades Sobrepostas", realizada no Parque Ibirapuera pelo Museu da Cidade.

*Urbanist, researcher on history of urbanization, with special interest in race, history of knowledge, urban public spaces and criticism of modernity. PhD by FAUUSP in 2007 and professor at the same institution since 2008, where she coordinates LabRaça. In 2006, she did a doctorate internship at EHESS, Paris, under the guidance of Prof. Dr. Christian Topalov. Between 2016 and 2017, she was a visiting researcher at DRCLAS at Harvard University. Author of the books *Team 10: Arquitetura como crítica* (Annablume, 2002), *Ibirapuera: Parque Metropolitano* (Intermeios, 2018), and co-organizer of *Negros nas Cidades Brasileiras* (Intermeios, 2018). She was co-curator of the exhibitions "Imprensa Negra Paulista", held at CPC and other institutions, and "Ibirapuera: Overlapping Modernities", held at Ibirapuera Park by the Museu da Cidade.*

anabarone@usp.br

Resumo

O bairro da Liberdade, em São Paulo, tem sido reconhecida como reduto “oriental” da cidade. No entanto, essa parte da cidade também abrigou importantes lugares de memória e instituições da vida afro-brasileira. Nos tempos coloniais, a cidade de São Paulo voltava-se para o leste, onde ficava sua entrada principal para quem vinha do Rio de Janeiro. A freguesia do Sul da Sé ficava nos fundos da cidade, em direção à chegada pelo antigo caminho do Peabiru, que levava ao litoral. Esta área destinava-se a abrigar a maioria das instituições de poder, autoridade e uso da força pelo Estado, como o pelourinho, o quartel, a prisão, a forca e o cemitério dos indigentes, soldados, escravizados e não-batizados. Todas essas instituições foram demolidas para dar lugar à cidade republicana, apagando a memória da violência presente no espaço público urbano colonial. A articulação entre esses locais é uma pista importante para entender a localização posterior de algumas instituições negras relevantes, como a Escola de Samba Lavapés, a Frente Negra Brasileira e o jornal A Voz da Raça. Neste artigo, recuperamos fontes oficiais do município para analisar a importância desse bairro para a população negra, colocando em perspectiva a versão oficial da história da cidade que se esforça por apagar a memória de sofrimento e violência contidas nesse fragmento da cidade.

Palavras-chave: Bairro da Liberdade, disputas étnico-raciais no espaço urbano, instituições de uso da violência de Estado.

Abstract

The neighborhood of Liberdade, in São Paulo, Brazil, is claimed as the “Japanese Town” in the city. However, this part of the city is also an important place for African-Brazilian memory and institutions. In colonial times, the front of the city was to the East, confronted with the entrance of the road coming from Rio de Janeiro. At the South was the city “back”, where institutions such as the prison, the gallows and the cemetery of indigents, soldiers and unbaptized people were placed. As many black men and women were murdered and buried there, their relatives prayed and celebrated for their souls around these institutions. The articulation of those places is an important clue to understand the further location of some very important black institutions of São Paulo, such as the Escola de Samba Lavapés, the Frente Negra Brasileira (Brazilian Black Front) and the newspaper A Voz da Raça. By analyzing the importance of this neighborhood for the blacks in São Paulo, we aim to put in perspective the official version of city history, which does not identify Liberdade as a black neighborhood and, in doing so, erases the suffering, the violence and the memory of this part of the city.

Keywords: Liberdade, Ethnic-racial disputes in urban space, State violence institutions.

Resumen

El barrio de Liberdade, en São Paulo, Brasil, se reivindica como el “barrio Japonés” de la ciudad. Sin embargo, esta parte de la ciudad también es un lugar importante para la memoria y las instituciones afrobrasileñas. En la época colonial, el frente de la ciudad estaba orientado al este, confrontado con la entrada de la carretera que viene de Río de Janeiro. En el sur se encontraba la ciudad “de fondo”, donde se ubicaban instituciones como la cárcel, la horca y el cementerio de indigentes, soldados y no bautizados. Como muchos hombres y mujeres negros fueron enterrados allí, sus familiares rezaron y celebraron por sus almas alrededor de estas instituciones. La articulación de esos lugares es una pista importante para comprender la ubicación posterior de algunas instituciones negras muy importantes de São Paulo, como la Escola de Samba Lavapés, el Frente Negra Brasileira (Frente Negro Brasileño) y el periódico A Voz da

Raça. Al analizar la importancia de este barrio para los negros de São Paulo, pretendemos poner en perspectiva la versión oficial de la historia de la ciudad, que no identifica Liberdade como un barrio negro y así borra el sufrimiento, la violencia y la recuerdo de esta parte de la ciudad.

Palabras clave: Liberdade, disputas étnico-raciales en el espacio urbano, instituciones estatales de violencia.

Introdução

Este texto nasce de um estranhamento acerca da reivindicação da identidade étnico-racial do bairro da Liberdade, em São Paulo, que vem sendo levantada ultimamente pelo movimento negro e por grupos sensíveis à legitimidade de suas demandas. Essas demandas têm ressonância sobre a luta pelo reconhecimento da importância do negro para a sociedade brasileira de maneira geral, e da cidade de São Paulo, especificamente. No que tange a dimensão espacial dessa luta, tais demandas procuram se situar em lugares onde seja possível pleitear esse reconhecimento, de forma a transformar a consciência histórica da construção da vida social nas suas múltiplas escalas. Entretanto, há algo de deslocado na reivindicação de identidade do bairro da Liberdade como reduto ou território negro. Algo que nos impele a retomar a história desse lugar para procurar os nexos vibrantes e os oscilantes nas várias camadas de tecido social ali submersas, esquecidas e destruídas.

A recente reivindicação foi uma resposta à provocação sobre a memória coletiva da Liberdade, gerada pela alteração do nome da estação de metrô que atende o bairro, incluindo nele o termo “Japão” como um substantivo adjetivado. A mudança gerou constrangimentos e reações imediatas. É certo que a atribuição do novo nome pode ser considerada aleatória, à medida que privilegia a presença de apenas um grupo na formação histórica e étnico-racial do bairro, notadamente o grupo nipodescendente, na definição pública da sua identidade. Nesse sentido, a eleição desse grupo étnico, em detrimento de outros tão ou mais importantes, como os indígenas, os negros, os portugueses, os bolivianos e os chineses, na representação social do bairro, estampada na sua toponímia alterada, constitui uma arbitrariedade.

O protagonismo do grupo negro no levantamento público da questão não surpreende. A região da Liberdade concentra uma série de endereços que fazem parte da memória mutilada e escamoteada da sua presença e importância na cidade. Entre esses endereços, podemos destacar a Capela de Nossa Senhora dos Aflitos, construída em frente ao antigo cemitério, a Igreja da Santa Cruz dos Enforcados e a sede da extinta Frente Negra Brasileira, principal organização negra do país na primeira metade do século XX, além das pioneiras escolas de samba Lavapés, na baixada do Glicério, e Vai-Vai, no Bexiga, bairros vizinhos ao topo de morro onde fica a Liberdade. Um desdobramento importante dessa disputa é a criação do Memorial dos Aflitos, recém instituído pela Prefeitura Municipal em reconhecimento a uma importante demanda do próprio movimento negro.

Dada a importância das instituições localizadas nesses endereços para a vida social negra em São Paulo desde os remotos tempos coloniais, seja na esfera da sua vida religiosa, política ou cultural, não surpreende o fôlego desse protagonismo. No entanto, procede também o estranhamento. A partir de um olhar um pouco mais aprofundado em direção ao significado desses lugares, percebe-se que a reivindicação dá acesso a um campo de incertezas, se observado não a partir de uma bandeira, mas de uma inquietação. O que exatamente está sendo reivindicado quando se reivindica a memória negra do bairro da Liberdade? A resposta a essa pergunta não parece óbvia. Ela ilumina múltiplas camadas históricas e significados ambivalentes.

Neste artigo, vamos explorar o aspecto autoritário do Estado envolvido nas instituições da vida pública presentes na área onde se localiza hoje o bairro da Liberdade, tal como atuaram no período colonial e imperial, e que se filiam à memória negra que se pretende associar a essa área. Esse aspecto deve ser destacado na luta pela ressignificação da memória coletiva da Liberdade que se busca construir e defender. Muito do que se tem discutido sobre o assunto está fundamentado em um texto publicado em 2004 na Revista da USP pelo Prof. Nicolau Sevcenko, contando acerca do

veio negro da memória urbana da Liberdade. Ele mesmo foi amplamente inspirado em outro autor, Paulo Cursino de Moura, em livro de 1943. Ambos os textos serviram de base para o que segue. Nossa preocupação não é de trazer dados essencialmente novos para esse debate, mas sim formular uma interpretação que nos permita aprofundar a consciência sobre as questões levantadas pela reivindicação de identidade étnico-racial do bairro da Liberdade decorrentes da alteração da toponímia local.

* * *

A área que hoje reconhecemos na cidade de São Paulo como o bairro da Liberdade guarda em sua história o rastro de uma estrada ancestral. Essa estrada constituía um eixo arterial e rotas desviantes por onde circulavam os habitantes das matas nativas que o invasor europeu convencionou chamar de indígenas. Eram membros de diferentes etnias, entre os Guarani da bacia do rio Paraguai e as tribos das regiões da Lagoa dos Patos, de Cananéia, do Planalto de Piratininga e do seu litoral. “Esse caminho, cujo trajeto foi estudado por Washington Luís e a que os índios chamavam de piabiru, corria, segundo o Pe. Montoya, toda a terra, a duzentas léguas da costa, e desde São Paulo para o Sul. Por outros testemunhos sabe-se que ele se bifurcava, quer em direção a Cananéia e à costa de Santa Catarina, quer em direção ao Paraná, para daí, segundo Lozano, pelos tributários do Paraguai, se continuar até o Peru”.¹ A presença do longo caminho facilitou a penetração dos portugueses planalto acima, a partir de São Vicente, subindo a encosta da Serra do Mar pela fenda que se abre na nascente do rio Tamanduateí para, em seguida, adentrar os sertões seguindo os eixos dos rios Tietê, Paraná e Paraguai.

A localização privilegiada do aldeamento jesuítico de catequização no Planalto, no topo da colina de onde se avistava a grande planície de inundação do Tamanduateí, desfrutava do benefício da passagem dessa rota. A partir do ponto onde se implantou o colégio da Companhia de Jesus, outras entradas foram abertas, no sentido nordeste, em direção ao Rio de Janeiro, e noroeste, rumo aos territórios atuais de Mato Grosso e Goiás. Sendo assim, a rota que saía do núcleo em torno do Colégio em direção ao sul, parte do caminho do Peabiru, tornou-se o acesso privilegiado entre o litoral e a vila no Planalto.²

Durante um longo período, poucos eram os assentamentos urbanos ao longo desses eixos. A cidade se concentrava nos limites definidos pelas igrejas do Carmo, de São Francisco e de São Bento. A economia regional era rudimentar. Durante o governo do 5o. Morgado de Mateus (1765-1775) consolidou-se na região de Itu, quadrilátero entre Piracicaba, Sorocaba, Mogi-Guaçu e Jundiá, a produção de cana de açúcar para aguardente, em parte consumido na região e em parte exportado pelo porto de Santos.³ O abastecimento de alimentos e a circulação de mercadorias era realizado por tropas de burros que traziam gado do sul, charque do Mato Grosso, açúcar de Sorocaba, artigos de primeira necessidade que supriam o abastecimento alimentar de toda a região, estabelecendo as bases de uma economia pobre, de subsistência, porém altamente articulada e polarizada pela vila de Piratininga. Os ancestrais caminhos indígenas, somados aos abertos desde o período das bandeiras, eram utilizados por tropas de mulas que percorriam longas distâncias e se entrecruzavam em São Paulo. No entroncamento dessas rotas estabeleceu-se uma vida urbana simples, de poucos recursos, em torno dessa feira comercial.

A entrada privilegiada da vila voltava-se para o leste, onde chegava o caminho que vinha do Rio de Janeiro. Do alto se avistava todo o vale, onde hoje fica o Glicério e a Várzea do Carmo, garantindo uma visão ampla dos arredores, das possíveis ameaças

1 Cf. CORTESÃO, 1955, p. 57-8 e KOK, 2009, p. 94.

2 PRADO JR., 1936, p. 223-8.

3 PETRONE, 1968, p. 41-53.

e dos visitantes que vinham da Corte Imperial. Da baixada do Tamanduateí, para quem vinha por esse caminho, se avistava a cidade no alto da colina, com suas torres e campanários da Sé, da capelinha do Colégio, das igrejas do Carmo, de Santa Teresa e da Boa Morte. A ladeira do Carmo constituía o principal portal de acesso à cidade.⁴



FIGURA 1 – Arnaud Pallière.
 Várzea do Carmo. Óleo sobre tela
 (reprodução), 1821.

Junto à saída da cidade ao sul, na direção que levava ao porto, no litoral, o caminho se bifurcava no sentido das atuais ruas Liberdade e Vergueiro, rumo à baixada, e avenida Jabaquara, em direção a Santo Amaro. Ao longo do primeiro eixo, foi se estabelecendo o aparato institucional, jurídico e militar vinculado ao poder da Coroa: pelourinho, quartel, fórum, cadeia, forca, casa de pólvora e cemitério eram os edifícios e marcos públicos que recepcionavam o viajante nessa entrada “dos fundos” da cidade.



FIGURA 2 – Mappa da Cidade de São Paulo e seus Subúrbios (detalhe mostrando os edifícios públicos localizados ao sul da Sé). São Paulo, 1847.

4 SIMÕES JR., 2003, p. 27-35.

* * *

O pelourinho era o instrumento de representação do poder da Coroa na metrópole e nas colônias. A bibliografia remete a origem do Pelourinho aos tempos imemoriais do Império Romano, tendo se alastrado pelas vilas e cidades do mundo latino. Sua função primordial era expor criminosos a público, como manifestação do poder do Estado e como mensagem de ordem pública. Tratava-se de uma coluna de pedra ou madeira fincada sobre um pedestal, com duas argolas em seu fuste, onde se prendiam os braços dos réus submetidos a açoites ou mera exposição pública. Na remota cidade colonial da América dominada por Portugal, desde sua fundação, o Pelourinho se revestiu de um forte conteúdo emblemático. Representava, por um lado, a legitimação do uso da força pelo Estado. Por outro lado, representava também o poder jurídico municipal e, nesse sentido, constituía-se como símbolo da própria criação de vilas e cidades cravado no espaço público. Cada vila estabelecida por ordem dos donatários das Capitanias tinha o seu pelourinho como marco de fundação.

Como alegoria, o pelourinho está associado à instituição da escravidão, como elemento de flagelo pela chibata. Por seu formato e finalidade, o instrumento se confunde no imaginário comum com o tronco das fazendas. No entanto, trata-se de um dispositivo público. Anteriormente à força, o pelourinho é um instrumento do Estado colonial, o meio pelo qual a coroa implementava a ordem usando o recurso do castigo e da punição contra a violação das leis, com a pena de açoite. A força tem uma função correlata para o Estado absolutista, instituindo a pena de morte. No entanto, a frequência de castigos em pessoas negras, escravizadas, livres ou libertas, detonava a função dos rituais de violência de Estado como mecanismos fundamentais de manutenção da própria ordem escravagista. Assim, apesar dos sentidos do instrumento penal irem além dessa finalidade específica, assim como a ordem colonial abrangia uma totalidade maior, em última instância, a escravidão era o regime de trabalho imposto para fazer funcionar o sistema econômico vigente, e os instrumentos de Estado estavam correlacionados à instituição do regime escravista.

No caso de São Paulo, Cortesão descreve a dinâmica urbana estabelecida no início da colonização em conjunto e em conflito com Santo André, fundada às margens do Tamanduateí, onde a paz entre colonizadores e colonizados se firmou por meio da união familiar entre João Ramalho e o chefe indígena Tibiriçá.⁵ No entanto, a partir de 1573, diversos motivos contribuíram para o deslocamento da vila planalto acima, em direção a São Paulo, onde se fundara o colégio jesuíta. A provisão de alimentos, as melhores condições de segurança no topo da colina do Carmo e sobretudo a excelente condição de entroncamento de rotas de penetração do território acabaram provocando a definitiva transposição. Embora a documentação tenha se perdido, diversos autores convergem em relação ao ano de 1560 como data da transferência da vila e seus moradores para o Planalto.⁶ O marco fundador dessa transferência foi a transposição do pelourinho. Esse localizou-se inicialmente junto ao Pátio do Colégio. Foi substituído e relocado diversas vezes até ocupar o denominado Largo do Pelourinho, junto à Casa de Câmara, justamente no caminho da saída da cidade para Santos.

Não se tem notícia certa de quando o pelourinho foi trasladado para o largo localizado em frente à capelinha da Confraria de Nossa Sra. dos Remédios e da Câmara Municipal. A Confraria dos Remédios foi um importante centro de organização da luta abolicionista em São Paulo ao longo da década de 1880, abrigando e sediando as reuniões e ações dos caifazes, que organizavam fugas de negros das fazendas do interior do Estado e seu deslocamento até o Quilombo do Jabaquara, em Santos, para depois serem remetidos, pelo menos em parte, para o Estado do Ceará, que já havia proclamado a abolição da escravidão em 1884.

⁵ CORTESÃO, 1955, p. 215-35.

⁶ NEVES, 2007, p. 119-23.



FIGURA 3 – Militão Augusto de Azevedo. Largo dos Remédios. Fotografia, 1887..

Fonte: Acervo fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

O paço em frente à capelinha ficou conhecido como Largo do Pelourinho até meados da década de 1860, quando foi rebatizado em homenagem à data da Independência. Na área em torno do Pelourinho, a partir de então, foram implantados uma série de aparatos da força pública do Estado colonial: o quartel militar, construído em 1765; o patíbulo da força, estabelecido em 1775 e desativado em 1851; o Cemitério dos Aflitos, aberto ao funcionamento em 1779 e desativado em 1885; a Casa de Pólvora, construída em 1785 e demolida em 1832; a cadeia junto ao paço e foro municipal, transferidos para a Praça de S. Gonçalo em 1787; estruturas que, em sua maioria, vieram abaixo com a reforma urbana que implantou a Praça João Mendes nos fundos da atual Catedral da Sé, em 1943.

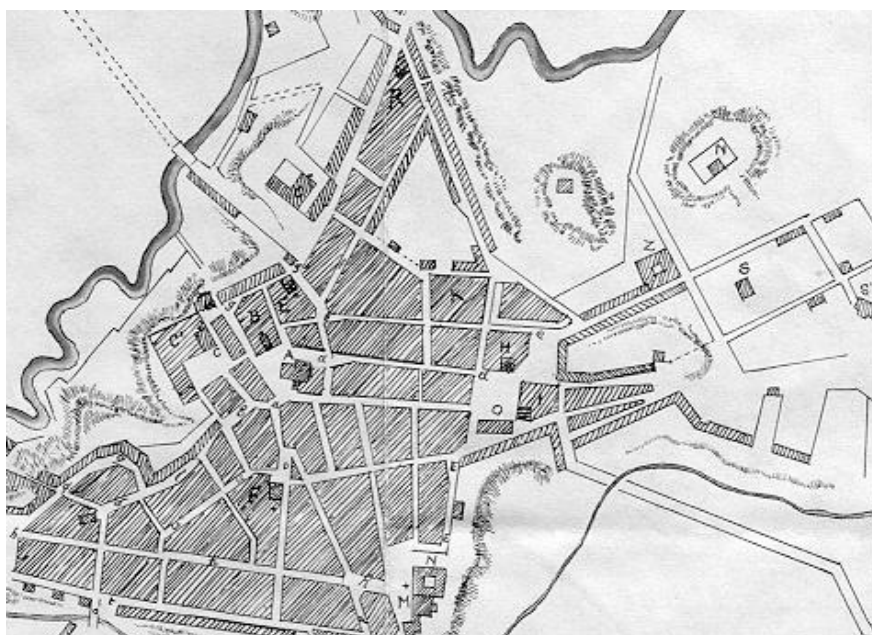


FIGURA 4 – Planta da Imperial Cidade de São Paulo (detalhe indicando o promontório da força). São Paulo, Levantamento de 1810 redesenhado em 1841.

Na década de 1860, acontecia uma intensa mobilização do setor público em torno da área do Largo do Pelourinho, visando a implementar melhoramentos públicos nos espaços do seu entorno. Já em 1858, a Câmara de Vereadores preconizava a importância de se nivelar a Praça do Pelourinho e da rua da Glória, que lhe dava acesso.⁷

Logo em seguida, em 1860, surge na Câmara Municipal uma discussão em torno da desapropriação de duas casas ao lado da Igreja dos Remédios que obstruíam a ligação entre o Largo do Pelourinho e o Largo da Igreja de São Gonçalo. Os debates na Câmara Municipal revelam como essa área era cara ao poder público naquele período.

A Comam. Perme. Tendo de dar o seo parecer sobre a proposta do Snr. Vereador Salles Guerra relativamente a desapriarem-se (sic) duas pequenas Cazas no largo do Pelourinho, e abrir-se d'este modo a entrada pa. O largo de S. Gonsalo, e formozear-se o dito largo do Pelourinho, que além de ser a entrada da Cide., pode servir pa. Mtas. Outras necessidades e utilidades públicas (...).

Só hum cego, so hum myope, não vê o aperto da passagem entre hum pateo e outro; isso he o pateo do Pelourinho pa. o largo da Liberdade. Além do aperto e desordens entre bestas, caros animes. Que descem e sobem de Santos; he pr. Ali q. Nos sabbados vão e voltão todos os carros de madeiras que se dirigem ao largo da liberdade. Alem do aperto e desordens entre bestas, carros e carroças q. trabalham nas obras publicas da Cide., acresce ser ali a entrada da Cide., e todo o viajante nota aquellas duas pequenas Cazas, que põem o pateo irregular e totalmente feio: de mais este largo pode servir pa. Os misteres, ordendos. Pela Cama. Mal – v.g. mercado de verduras – Parada das sejes ds. De Theatro, no Theatro novo, e mais tudo q. Pa. Formosear a Cidade (Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 24 de março de 1860, p.85-86).

As fontes oficiais de época mostram que em 1860, uma das praças da região já era denominada como Largo da Liberdade. A ideia de Liberdade associada ao nome do largo, da avenida e depois do bairro estava relacionada ao próprio processo de emancipação do Brasil em relação à Coroa portuguesa. No entanto, ao longo de todo o processo de luta do negro pela emancipação, antes e também depois da abolição da escravidão, o nome emblemático do local foi ressignificado e assumiu outras conotações. Assim, do ponto de vista oficial, a ideia de se associar a imagem do largo à liberdade pode ser compreendida como uma maneira forçosa de desfazer a memória penal presente no local, vinculada à forte presença militar e à exposição e à execução de criminosos em praça pública pelas mãos do Estado.⁸ Do ponto de vista popular, a disputa pelo reconhecimento da participação do negro na configuração do bairro não deixa de revelar a aproximação simbólica entre a Liberdade como toponímia e como sua maior reivindicação histórica.

Na documentação, a área do Pelourinho era compreendida como uma “entrada” da cidade, para quem chegava pelo caminho do Mar. Nesse sentido, fazia-se necessário, na altura de 1860, “formosear” o local, preparando-o para a recepção de todo viajante que passasse por ali. Simões Jr. descreve o congestionamento do tráfego de burros nessas paragens mencionado pelas fontes daquele período.⁹ Segundo o autor, tanto os viajantes e cronistas como os artigos de imprensa assinalam a obstrução dos caminhos, ruas e largos pelas tropas de burros que atravessavam a Glória e a Liberdade. Além disso, o próprio relatório provincial de 1858 contava cerca de 25 mil bestas e duzentos carros circulando pela estrada de Santos mensalmente, redundando em cerca de novecentas mulas por dia.

7 Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 26 de janeiro de 1858, p. 24.

8 MOURA, 1954 [1933], p. 91.

9 SIMÕES Jr., 2004, p. 30-1.

No entanto, ao que parece, havia outros motivos pelos quais as casinhas não eram bem-vindas, além da desconformidade no traçado regular dos largos:

Indico se promova a desapropriação das casinhas anexas á igreja dos Remedios, áfim de ser melhor esquadrejado o pateo do Pelourinho, alargando-se ao mmo. tempo a rua entre o pateo da Cadea e a rua da Gloria; convindo notar que esse melhoramto. dará sahidas lateraes á dita igreja á Remedios, onde qlqr. incendio poderá causar completa desgraça por ter o edificio uma sé sahida, qe. é a porta principal da frente (Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 21 de julho de 1864, p.118).

Aqui parece ser que as casinhas eram mal desejadas por representarem alguma espécie de perigo, retratado no trecho citado como risco de incêndio na saída da Igreja dos Remédios, por estarem construídas junto ao edifício sacro. Há, portanto, uma intenção clara de individualizar o edifício da Igreja, ampliando o seu destacamento na paisagem urbana.

Notícias sobre implantação das redes de água e gás de iluminação pública nesse período (décadas de 1860 e 1870), indicam que a cidade se modernizava e buscava assumir uma feição mais afeita ao sentido republicano, bem como uma escala de polo regional, preparando-se para absorver uma população crescente e de múltiplas origens. Os espaços públicos nesse segmento da cidade, referido como sua “entrada” pelo caminho que vinha de Santos, eram compreendidos e tratados pelo poder público de maneira mais ou menos integrada. É possível encontrar vários exemplos de cuidados integrados com a urbanização do espaço público nessa área nas atas da Câmara Municipal nesse período. Uma delas decorreu da “Circular do Exmo. Govo. da Provincia, datada de 30 d’Agosto findo, para que informe a Camara 1o. Se existe neste Municipio algum Pelourinho 2o. qual o uso que tem actualmente estas edificações: informe-se com o que constar”.¹⁰ Foi então que se removeu definitivamente o Pelourinho da cidade.

Renomear ou rebatizar um lugar é um ato de atribuir-lhe um novo passado. Na história da cidade de São Paulo, não são poucos os exemplos de mudança de toponímia com essa conotação.

Os largos --- do Pelourinho passou a denominar-se 7 de 7bro. --- do Bexiga Riachuelo ---- do Curro 7 de Abril -- do Tanque do Arouche, Campo do Arouche --- do Zunega, Praça de Páissandú --- do Campo redondo, dos Guayanazes e o do Braz do lado da Chacara do Dr. Ignacio José d’Araujo ---Praça da Concordia (Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 28 de novembro de 1865, p.306).

Outros equipamentos da força do Estado se faziam presentes no local e foram sendo removidos em torno desse período. Implantada em 1785, a Casa da Pólvora se localizava nos limites da área urbanizada. Nos seus arredores, no século XVI, não haviam assentamentos residenciais, por motivos claros de segurança. Sua localização na saída da cidade fazia todo sentido, portanto, indicando ainda que esse trecho da cidade era entendido como de menor prestígio que a frente voltada para o Carmo. Desde pelo menos 1853, discussões na Câmara Municipal passam a ocorrer com o sentido de pedir “a mudança da Casa da Pólvora pa. outro lugar”.¹¹ Foi efetivamente removida em 1872.

Instalado em torno de 1774, nos limites da área urbanizada na direção do Caminho do Mar, se localizava o cemitério da vila. Até então, e ainda depois disso, os sepultamentos eram realizados no interior e nos arredores das igrejas, sendo hierarquizados de acordo com a posição social dos mortos, pois a ocupação das valas se dava por compra. Assim, as valas localizadas mais próximas do altar eram mais caras e, conseqüentemente, se destinavam a famílias abastadas. As valas externas eram

¹⁰ Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 05 de setembro de 1865, p. 252.

¹¹ Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 12 de março de 1853, p. 01.

ocupadas pelos mais humildes. Odores fétidos dos cadáveres sepultados diretamente na terra eram exalados a cada novo sepultamento, em que era necessário remexer a terra para se abrir uma nova cova.

Com os avanços da medicina e o conhecimento das formas de contágio de doenças como a varíola, a prática do sepultamento no interior e arredores das igrejas passou a ser cada vez mais questionada. Ao longo do século XVIII, diversas ondas de epidemia da doença levaram a uma primeira proibição de sepultamentos dentro dos limites da cidade, mas o respeito a essa proibição só perdurava durante os surtos epidêmico. Passadas as ameaças, voltavam os enterros no interior das igrejas. Como se tratava de rituais pagos, a Igreja não procurou evitar a prática. No entanto, a quantidade de mortos que não tinham recursos para custear seu enterro aumentava e tornava-se um problema a ser resolvido pela própria Igreja: onde enterrar esses corpos?

Em 1774, procurando atenuar esse problema, a Cúria criou um cemitério ao ar livre destinado a escravizados, indigentes e criminosos.¹² O Cemitério dos Enforcados, conhecido posteriormente como dos Aflitos, foi instalado na saída da cidade, justamente na direção da descida para Santos. Apenas em 1854 foi criado o Cemitério da Consolação, primeiro cemitério público implantado pela administração municipal, destinado a todos os cidadãos, independente de sua posição social, dando fim à prática de sepultamentos no interior de igrejas.¹³ A capelinha na entrada do cemitério foi construída em 1779, para abrigar sobretudo os rituais de sepultamento e culto aos antepassados dos parentes dos que ali jaziam. O cemitério dos Aflitos foi desativado em 1885 e posteriormente loteado, confundindo-se com o tecido urbano ao seu redor.



FIGURA 5 – Autor desconhecido.
 Beco e Capela de Nossa Senhora
 dos Aflitos. Fotografia, 1958. .

Fonte: Acervo fotográfico
 Folha de São Paulo.

¹² MOURA, 1954 [1933], p. 96.

¹³ Idem, p. 95.

As obras nesse pedaço da cidade, desde a década de 1860, podem ser entendidas como uma preparação para a Segunda Fundação de São Paulo (João Teodoro, 1872-1876). Porém, também são demolições no sentido de apagar a imagem autoritária do Estado Imperial, com um sentido de preparação para a República, que implicava também o apagamento da memória da escravidão.

As transformações não se restringiram à preparação da cidade para a República. Como veremos, durante a República, elas não pararam de se suceder. A principal delas foi a implantação da Praça João Mendes na região dos antigos largos do Pelourinho e de São Gonçalo, em 1943, que trouxe a maior parte das edificações citadas abaixo, eliminando os vestígios de algumas das principais instituições de uso da força e do controle pelo Estado no espaço público urbano.

* * *

Ocorre que nas décadas de 1920 e 30, depois de inúmeras transformações em curso no entorno da Av. Liberdade, importantes instituições do ativismo negro paulistano se fixaram nesse endereço. Em 1924, foi lançado o jornal *O Clarim da Alvorada*, um dos mais importantes jornais da imprensa negra paulista, que circulou até 1945. Sua sede funcionava na residência de seu fundador, o ativista negro José Correia Leite, no bairro do Bixiga. Em 16 de setembro de 1931, estabeleceu-se a Frente Negra Brasileira, considerada a mais importante organização do ativismo negro no pós-abolição. A Frente Negra Brasileira ocupou inicialmente em duas salas no Palacete Santa Helena, na Praça da Sé, no centro da cidade, mobilizando a luta pelos direitos das pessoas negras. Nesse período, a área central concentrava uma grande parte dos serviços oferecidos por pessoas negras e para negras. Os jornais da imprensa negra publicados entre 1924 e 1945 anunciam uma série de serviços, estabelecimentos comerciais e escritórios com endereços localizados na área central, dispersando-se justamente em direção à região da Liberdade. Com o rápido crescimento devido à adesão acelerada, a Frente Negra logo passa a ocupar novo endereço, na Av. Liberdade, 196, no edifício onde hoje está a Casa de Portugal. A adesão foi tão rápida que cinco anos depois, a entidade já havia se espalhado por todo o interior paulista e mais cidades nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, e nas cidades de Salvador e Recife.

Inspirada em grande parte nas organizações de ajuda mútua imigrantes existentes na cidade, a Frente Negra teve um importante precedente no Centro Cívico Palmares, fundado em 1926 e dissolvido em 1928. A experiência prévia estabelecida no Centro, cujas vigorosas realizações incluíram a criação de uma biblioteca e escolas para negros, além de já atuar na organização do negro para a representação política, foi uma referência crucial para a Frente Negra. Entre suas maiores preocupações, no período inicial, figurava, em primeiro lugar, a união da raça para sua integração na vida nacional. Os meios para atingir essa finalidade foram sendo organizados pela Frente: a provisão de assistência e serviços à população negra, como educação, cultura, atendimento médico e odontológico, orientação moral, assistência jurídica e representação política.¹⁴

A educação era compreendida como um projeto central na luta contra o preconceito racial e no preparo do negro para a vida adulta, a inserção no mercado de trabalho e a ascensão social. Nesse sentido, a organização criou uma escola para crianças negras e de outras raças e para a alfabetização de adultos. A escola funcionava na própria sede e os professores eram negros.¹⁵

¹⁴ PINTO, 2013, p. 86-95.

¹⁵ DOMINGUES, 2008.

FIGURA 6 – Autor desconhecido.
 Grupo Escolar da frente Negra Brasileira. Sem data. Fotografia.

Fonte: Fonte: Acervo pessoal Miriam Ferrara.

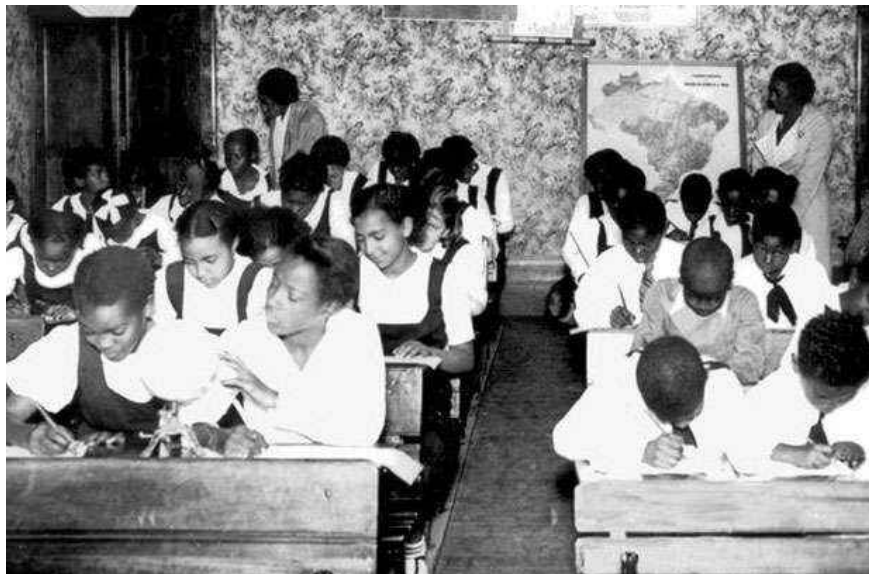


FIGURA 7 – Autor desconhecido.
 Escola de Samba Lavapés. Sem data. Fotografia. a.

Fonte: Acervo pessoal Lúcia Madre.



Além da educação, havia na sede da organização um consultório para assistência médica e odontológica prestadas por membros da própria organização. Um programa cultural amplo para o apoio ao projeto educativo incluiu a criação de uma biblioteca, um espaço para jogos e recreação, um departamento musical, um departamento dramático e um departamento esportivo, para o fomento dessas atividades, entre outros serviços.

A atividade política da organização também era fundamental. Estruturava-se a partir de encontros semanais, as “domingueiras”, reuniões destinadas a fomentar entre os negros a consciência de sua relevância. O órgão de imprensa da organização, *A Voz da Raça*, foi um dos periódicos mais importantes da imprensa negra paulistana. De certa forma, sua relevância para o meio negro do período adquiriu autonomia em relação à própria Frente Negra, constituindo-se como fonte expressiva da representação social do negro em São Paulo de forma ampliada, sobretudo em relação à organização do ativismo negro do período.

Em 1937, depois de ter atingido escala nacional, com presença em diversos estados e a sua inscrição como partido político, a Frente Negra foi posta na ilegalidade por imposição ditada pelo estado Novo de Vargas, determinação que levou a sua extinção.

No ocaso da Frente Negra, uma outra associação negra emerge nas redondezas do bairro da Liberdade: a Escola de Samba Lavapés. Essa escola, fundada em 09 de fevereiro de 1937, é a Escola de Samba mais antiga da cidade ainda em funcionamento. Sua fundadora, Madrinha Eunice, inspirou-se nas Escolas de Samba do Carnaval carioca e presidiu a Lavapés até o ano de sua

morte, em 1995. A escola ficava localizada na rua Barão de Iguape, no baixo do Glicério, mas perdeu sua quadra em 2004, para a construção de um conjunto de habitação popular pelo Governo Federal. Finalmente, merece menção também a presença do time de futebol e do Cordão Carnavalesco Cai-Cai, do final dos anos 1920 no bairro do Bixiga, que daria origem ao Grêmio Recreativo Vai-Vai em 1930. Da mesma forma que a Lavapés, o Vai-Vai se acomodou nos baixios da mata do Saracura, do lado oposto da colina onde se localiza a Liberdade.



FIGURA 8 – Gabriel Zellai. Largo Sete de Setembro em obras. Sem data. Fotografia.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Em 1943, uma grande reforma urbana foi empreendida na área do entorno do centro da cidade, para a construção do anel viário que ficou conhecido como Perímetro de Irradiação. Um segmento desse anel viário instalou-se justamente sobre a área onde se localizava o Largo de S. Gonçalo. O principal objetivo daquele trecho específico da reforma, segundo os poderes oficiais, era a construção de uma nova sede para o fórum municipal. A Praça João Mendes recebeu também um terminal de bondes e ônibus que ocupou o seu espaço livre central. Com a reforma, vieram abaixo os edifícios da Casa

de Câmara e Cadeia e antiga igreja de Nossa Senhora dos Remédios, transferida para o Cambuci. Os Largos de São Gonçalo e do Pelourinho perderam todos os traços de sua configuração original. A memória histórica desenhada no espaço público dava lugar à cidade Republicana abdicando de seu passado. Todos aqueles edifícios que marcaram a vida colonial e o uso da força do Estado Imperial, bem como as instituições que apoiaram os caifazes na luta pelo fim da escravidão vieram abaixo para dar lugar a um largo com um enorme ponto de ônibus ocupando seu amplo espaço em frente ao novo fórum.



FIGURA 9 – Autor desconhecido.
 Praça João Mendes Jr. Fotografia.
 1949.

Fonte: Acervo fotográfico
 do Museu da Cidade de São
 Paulo.

Finalmente, em 1974, a associação comercial local, majoritariamente composta por descendentes de imigrantes japoneses chegados na capital paulista por volta de 1940, financiou a decoração das ruas do bairro com luminárias japonesas, para forjar a imagem do local como o bairro oriental de São Paulo, com o objetivo de aumentar as vendas das lojas e restaurantes japoneses concentrados na área. Desde então, a Liberdade não existe mais nas imagens dos habitantes da cidade como a área marcada pelo aparato de exercício de uso da violência do Estado e passou a ser conhecida como o bairro japonês da cidade.

Considerações Finais

Após esta breve recuperação dos antecedentes históricos atinentes ao urbanismo praticado no bairro da Liberdade desde a segunda metade do século XIX, cabe retomarmos nosso propósito inicial, de comentar a recente reivindicação de identidade étnico-racial do lugar e os deslocamentos de sentido que ela traz em seu bojo. As instituições, edifícios e locais mostrados nesta apresentação, exceto a Igreja de São Gonçalo, a Capela Aflitos e as Escolas de Samba, foram todos destruídos, renomeados

e apagados da história e memória oficiais da cidade. O Pelourinho, o quartel, a Casa de Câmara e a Prisão, a Igreja dos Remédios, a força, o cemitério dos pobres foram demolidos para dar lugar à moderna cidade republicana. O passado autoritário localizado na entrada de fundos da cidade foi apagado com a alteração do seu nome para Praça Sete de Setembro, subvertendo a violência em patriotismo de Estado. Sendo assim, voltamos à inquietação que nos estimulou nesta reflexão: o que exatamente está sendo reivindicado quando se conclama a memória negra do bairro da Liberdade?

O tecido social aqui remexido traz uma série de reincidências que estimulam a reflexão sobre a alteração do nome da estação de metrô em um contexto ampliado. A nova denominação não é um fato isolado: ao contrário, é antecedida por sucessivas ações do mesmo poder público que a determinou, no sentido de reconfigurar incessantemente a imagem do lugar, apagando determinados vestígios da característica original marcante de sua própria presença naquele espaço.

Assim sendo, a ressignificação aqui proposta se encaminha em três direções. A primeira indica a arbitrariedade no acréscimo do termo “Japão” ao nome da estação de metrô, uma vez que diversos grupos étnico-raciais compuseram historicamente aquele segmento de cidade, e não apenas um. A segunda nos ajuda a perceber que a reivindicação negra no bairro não aciona apenas a presença e concentração naquele lugar, mas busca dar eco à voz do sofrimento que foi calado pela ação do próprio Estado, por meio de seus equipamentos e suas instituições de uso da força, da violência e da punição. Finalmente, a terceira, essa sim, oferece um testemunho da importante presença negra na Liberdade, particularmente com a atuação do movimento dos caifazes e da Frente Negra Brasileira e suas importantes repercussões na luta pela liberdade e pela inserção do negro na sociedade, na sua educação e na sua representação política.

Portanto, se o acréscimo no nome é arbitrário, é também uma opção política pobre e parcial, à medida que reforça e dá visibilidade a uma intenção que tinha um caráter meramente comercial nos anos 70, ofuscando e destituindo de representatividade outros nexos que pulsam nas várias camadas destruídas, submersa e esquecidas nos mal-traçados quarteirões ao redor da estação. Apaga, por exemplo, o vínculo do lugar com o caminho indígena, seu principal definidor espacial. Apaga também o nexo com a presença do autoritarismo de Estado que manteve instituições repressoras naquele lugar. Finalmente, apaga a luta do povo negro pelo culto a sua ancestralidade, pela obtenção da sua liberdade e por representação política. Nesse sentido, a alteração da toponímia do lugar ecoa e reverbera sobre tantas e tantas alterações que vem sendo produzidas ali desde 1865.

Finalmente, merece comentário o nome atribuído ao bairro. Evocar a Liberdade e vinculá-la à toponímia do lugar, ainda no século XIX, se prestou com bastante eficiência ao apagamento da memória da presença dos instrumentos penais e de tortura de Estado presentes durante o período colonial e imperial. O nome não foi atribuído, portanto, em menção ao processo de emancipação da escravidão, embora essa imagem entre em contradição direta com a atual reivindicação da presença negra no bairro, à medida que a liberdade é justamente o emblema da luta negra no Brasil. Liberdade tolhida, por exemplo, à Frente Negra Brasileira, em 1937. Sendo assim, o novo batismo da estação de metrô faz refletir sobre sua recorrência. Seu significado se recria ao eleger uma única etnia na composição demográfica do local para representa-lo. A alteração da toponímia local com sentido de esfumaçar o passado é uma constante. O passado que se pretende ofuscar remete a uma característica histórica sua, abrigando as instituições de um Estado cuja face autoritária é, ela mesma, uma das vias de preservação da longa escravidão brasileira e que sistematicamente mascara a si própria por meio de subterfúgios artificiais.

Referências

CORTESÃO, Jaime. **A Fundação de São Paulo: Capital Geográfica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos. Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2001.

DOMINGUES, Petrônio, 2008. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: v.13., n.39, set./dez.2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503908>. Acesso em: 7 set. 2020.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Atitudes perante a morte em São Paulo**. 177f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

KOK, Gloria, 2009. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América Portuguesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo: v.17, n.2, p. 91-109, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142009000200007>. Acesso em: 7 set. 2020.

MOURA, Paulo Cursino de. **São Paulo de Outrora. Evocações da Metrópole**. São Paulo: Livraria Martins, 1943.

NEVES, Cylaine Maria das. **A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação**. São Paulo: Annablume, 2007.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura Canavieira no Brasil, Expansão e Declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

PRADO JR., Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo: v.19, p.223-237, janeiro 1936.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. **Revista da USP**, São Paulo: n.63, p.16-35, set./nov 2004.

SIMÕES JR., José Geraldo. **Anhangabaú, História e Urbanismo**. São Paulo: Senac/Imprensa Oficial, 2004.

FONTES IMPRESSAS

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 12 de março de 1853, p.01.

_____. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 26 de janeiro de 1858, p.24.

_____. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 24 de março de 1860, p.85-86.

_____. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 14 de novembro de 1863, p.258.

_____. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 21 de julho de 1864, p.118.

_____. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 05 de setembro de 1865, p.252.

_____. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 28 de novembro de 1865, p.306.

_____. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 13 de novembro de 1866, p.148.

_____. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 19 de agosto de 1880, p.93.

_____. Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo de 15 de novembro de 1887, p.326.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 03/10/2020

Aprovado em 10/11/2020